

FILOSOFIA MEDIEVAL, CONCEITO EM RECONFIGURAÇÃO

JOSÉ FRANCISCO MEIRINHOS*

Se o assunto nos interessa, tarde ou cedo a insidiosa pergunta regressará: “o que é a filosofia medieval?”. A insistência com que a formulamos, mesmo quando não de forma explícita, mostra que as respostas obtidas, apesar de variadas e divergentes, não merecem consenso por insatisfatórias. Podemos até demorar a responder, devido a dificuldades várias, a menor das quais não deixa de ser o fato de a própria “filosofia medieval” se nos apresentar sob uma dinâmica multiplicidade de interpretações. De conceito suspensivo, que descrevia um longo interregno, as trevas, o monolitismo, o dogmatismo de toda uma época, a ausência da autonomia da razão, “filosofia medieval” tende a tornar-se conceito

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. Agradeço à Prof.ª Márcia Mongelli o convite para escrever este ensaio bibliográfico e a compreensão com que o aguardou.

positivo, que descreve a diversidade e as tensões criativas de um período longo e, por que não dizê-lo, contraditório e paradoxal, ao longo do qual tudo é submetido a discussão e se formam e consolidam os fundamentos da modernidade do pensamento, das instituições, da política, pelo menos no mundo ocidental.

A conjugação de vários processos parece contribuir para esta reconfiguração do conceito: 1) o alargamento do campo de estudo a textos, autores, problemas, instituições e fatos antes negligenciados, procurando-se compreendê-los por si mesmos e abandonando a fixação nos grandes autores; 2) a orientação da pesquisa para o que na Idade Média se entendia por filosofia, evitando impor-lhe grelhas atuais, único modo de também a colocar em diálogo com os outros períodos históricos, ou de também a interpelar a partir da filosofia contemporânea, sem o risco excessivo do anacronismo; 3) a cuidada reflexão historiográfica sobre as metodologias e os pressupostos de como tem sido feita a história da filosofia medieval, aprendendo a evitar a pretensão de encontrar-lhe um tema ou uma perspectiva unificadora ou de a descrever com etiquetas, que se revelam sempre demasiado redutoras; 4) o abandono de perspectivas confessionais e parciais, abordando a filosofia medieval numa perspectiva laica, relativizando, por exemplo, as questões eclesiológicas; 5) a inserção da filosofia no complexo histórico em que se compagina com a política e a sociedade, com as ciências e as instituições, com a arte e as tecnologias, com a literatura.

Não é aqui possível abarcar a imensa produção investigacional das últimas décadas, pelo que se percorrerá alguma da bibliografia recente que mostre de modo mais significativo as principais aquisições e algumas orientações dos trabalhos em curso, dando preferência, como é compreensível, à historiografia francesa, anglo-saxônica, italiana e alemã, pela sua pujança e capacidade de influência. Nesta notícia e por brevidade dar-se-á menos atenção às monografias sobre autores, que tendem a seguir um modelo próprio, combinando a perspectiva biográfico-textual com a interpretação genético-crítica do pensamento e esgotando o mais possível as fontes e as posições de cada um sobre as

tradicionais áreas da filosofia. A atenção será mais dirigida para obras transversais e para as história da filosofia medieval.

Os próprios termos da pergunta “o que é a filosofia medieval?” são problema, sobretudo quando percebemos que descrevem um objecto de estudo de fugidia apropriação, quase um indefinível. Poucos são os medievistas que não se interrogam se existiu ou o que é essa Idade Média, da qual formamos o adjetivo “medieval” e quais seriam os seus limites cronológicos¹. Como encontrar nesse período, sob que contaminações, onde e em quem, aquilo a que chamamos ou a que poderíamos chamar “filosofia”? Todas as combinações de resposta foram proclamadas, mas continuamos à espera *da* resposta. Definitivamente parece afastada a possibilidade enunciada na pergunta, simplesmente porque é inidentificável algo como *a* filosofia medieval, dada a constatação mais recente do quanto há de experimental e dialógico nas diferentes soluções que então emergiram para compreender e dar sentido ao mundo, mesmo que a perspectiva privilegiada resulte de cruzamentos inabituais entre as religiões, as filosofias, as literaturas, as línguas, as ciência. Conceitos fulcrais na tradição filosófica, como *matéria, alma, conhecimento, imortalidade, tempo, verdade, bem, virtude, felicidade*, apenas para dar alguns poucos exemplos, serão reformulados e definitivamente ampliados pelos autores medievais. Por essas razões, se da pergunta retirarmos o artigo definido e procurarmos “o que é filosofia na Idade Média?”, poderemos então ter alguma hipótese de encontrar respostas. Essa deslocação permite-nos perguntar, por exemplo, como é que os próprios medievais praticavam, entendiam e discutiam filosofia². A pergunta deixa de ser cronocêntri-

1. Para uma abordagem das questões da periodização no que diz respeito à filosofia, L.M de RIJK, *La philosophie au Moyen Age*, trad., Leiden, Brill, 1985, cap. 1-3. No que diz respeito à Filosofia, a designação “Idade Média” pode não corresponder a um objeto delimitável, dadas as fronteiras extremamente variáveis, mas mantém hoje a sua utilidade pelo menos na divisão do trabalho académico.
2. Veja-se o notável volume de Atas que reúne dezenas de estudos sob esta perspectiva: J. AERTSEN, A. SPEER (org.), *Was ist Philosophie im Mittelalter? Qu'est-ce que la philosophie au moyen âge? What is Philosophy in the Middle Ages? Akten des X. Internationalen Kongress für mittelalterliche Philosophie der Société Internationale pour l'Étude de la Philosophie Médiévale, 25. bis 30. August 1997 in Erfurt*, Berlin, Walter de Gruyter, 1998.

ca e obriga a deslocar o olhar para o que os próprios medievais faziam como filosofia, ou pelo menos como argumentavam os problemas que em qualquer outra época foram identificados com o campo da filosofia, ou mesmo como a sua prática do pensamento criava filosofia, espantando-se com o mundo, pensando como problema o que antes era dogma ou ignorado, criando instrumentos metodológicos de resposta, teorizando soluções e submentendo-as a crítica. Esta pergunta também é programática e é visível nos mais recentes trabalhos de investigação sobre filosofia medieval, nomeadamente na insistência em recolocar autores, conceitos, problemas e argumentos no seu próprio *contexto*. Existe contudo a consciência de que esse contexto é dinâmico e não é uniforme ao longo do tempo, no espaço geográfico, nas instituições, no meio social e político, pelo que alguns autores concluem mesmo que a Idade Média não existe. Entende-se por essa afirmação provocatória que ela não existe enquanto entidade monolítica ou apropriável apenas a partir de uma única perspectiva, pelo que fica impossibilitado que algum problema ou algum autor pudesse representar o tipo ideal da filosofia medieval. Tal modelo não existe.

A construção de uma imagem negativa da Idade Média³ tem um momento forte com a própria criação do nome, influenciada pela percepção renascentista e dos primeiros modernos, que execram o tecnicismo e a sofisticação lógico-argumentativa das discussões universitárias “escolásticas”, que aos olhos dos que estavam fora dessa instituição as tornavam impenetráveis, se não mesmo inúteis. Erasmo de Roterdão conclui com estas palavras uma irônica descrição das questões dos teólogos:

“O traçado de um labirinto é menos complicado que os tortuosos desvios dos realistas, nominalistas, tomistas, albertistas, ocamistas, escotistas e de tantas seitas só cito as principais. A erudição desta gente é tanta, tantas são as dificuldades que eles apresentam que os próprios Apóstolos teriam que receber outro Espírito Santo para discutirem esses assuntos com os nossos teólogos.”⁴

3. G. SERGI, *L'idée de Moyen Age. Entre sens commun et pratique historique*, trad. do italiano, Paris, Champs-Flammarion, 2000.

4. *Elogio da loucura*, trad. A. Ribeiro, 2ª ed., Guimarães Editores, Lisboa, p. 101.

Em 1509 está bem viva a influência das escolas formadas nas universidades dos dois lados da Mancha nos séculos XIII e XIV, mas esse pensamento, outrora pujante, é pressentido agora como negativo. Foi esta imagem de impenetrável e inútil erudição, vista até como pernicioso para o espírito humano, que se colocou de modo pregnante à filosofia medieval no seu todo, apresentando-a como interregno entre a racionalidade grega e o humanismo moderno. O trabalho dos historiadores da filosofia medieval dos dois últimos séculos tem tido essa dupla orientação: construção de interpretações da filosofia medieval e demolição desses preconceitos, procurando evidenciar o intrínseco desejo de rigor que a inspira, a sua racionalidade estrutural, muitas vezes sem concessões mesmo quando se ocupa de matérias não racionais, a importante e rica posteridade das suas aquisições intelectuais. Por isso, não é um acaso que entre os pontos que merecem hoje grande interesse estejam justamente a discussão da recuperação do pensamento antigo pela Idade Média e a “passagem”, de “ruptura” ou de “continuidade”, entre a Idade Média e a Idade Moderna e que tipo de mediação ocorre no Renascimento.

Os estudos recentes sobre a filosofia medieval, sob a aparência de um fluxo em crescimento exponencial, possuem uma diversidade de perspectivas nem sempre apropriável com facilidade. Identificar orientações metodológicas ou interpretações marcantes é um risco, em primeiro lugar por as escolhas poderem ser pouco mais que aleatórias, em segundo por termos tendência a fixar-nos nos trabalhos de maior repercussão, cuja entrada no *mainstream* pouco pode ter a ver com rigor e profundidade científica. Mesmo assim, e correndo o risco de poder deixar o mais importante de fora, é possível traçar os contornos do atual panorama da investigação sobre a filosofia medieval.

Bibliografia. Em 1990, Guttorm Fløistad publicava, com a colaboração de Raymond Klibansky, uma resenha das principais tendências dos estudos de filosofia medieval⁵. A extensa obra em 2 volumes, 1050

5. G. FLØISTAD, R. KLIBANSKY (eds.), *Philosophy and Science in the Middle Ages*, (Contemporary philosophy: a new survey, 6) Dordrecht, Kluwer, 1990.

páginas e 54 crônicas, redigidas por eminentes investigadores, representa ainda hoje um indispensável guia bibliográfico e interpretativo dos diferentes autores, domínios, épocas e problemas da filosofia medieval. De Agostinho a Nicolau de Cusa e das filosofias bizantina e islâmica aos *women's studies*, propõe-se aí uma vasta resenha que atualiza um capítulo de um projeto similar publicado em 1959 (cfr. p. 5). A diferença de dimensão exemplifica bem o crescimento já então consolidado da medievalística filosófica. Um balanço atualizado das investigações em filosofia medieval exigiria um número muito maior de volumes, tão grande é o atual ritmo de publicação, seja em obras para o grande público, em revistas de investigação, em monografias, ou em sítios na internet e mesmo em inteiras coleções especializadas. Por isso têm assumido a maior utilidade para a investigação as resenhas temáticas e os boletins bibliográficos, uma forma literária nova que permite acompanhar de modo informado e mais exaustivo o que as notícias editoriais e as resenhas fazem de forma divulgativa ou atomizada. Desde há décadas que são de indispensável leitura os boletins publicados na *Revue des sciences philosophiques et théologiques*⁶. Também são de grande utilidade informativa e filosófica o boletim redigido no âmbito do “Centre d’histoire des sciences et des philosophies arabes et médiévales” da École Pratique des Hautes Études de Paris⁷, bem como as resenhas bibliográficas sobre temas e autores publicadas, embora sem regularidade, pela revista *Recherches de théologie et de philosophie médiévales*, que com a mudança de nome deixou também de publicar o seu boletim bibliográfico⁸. Um tratamento extensivo das publicações sobre a Idade Média latina, com breves rese-

6. “Bulletin d’histoire des doctrines médiévales”, *Revue des sciences philosophiques et théologiques*, 52, 1968-seg, que até 1993 foi elaborado por L.-J. BATAILLON, altura em que passou a ser elaborado por G. LOBRICHON para a Alta Idade Média, E.-H. WÉBER para o período de Santo Anselmo a mestre Eckhart e por Z. KALUZA para os séculos XIV e XV. A. de LIBERA publicou o “Bulletin de la logique médiévale” nos v. 69, 71, 76. Ocasionalmente a revista publica outros boletins bibliográficos sobre temas doutrinários medievais.
7. “Bulletin de philosophie médiévale”, publicado no fasc. 3 de cada ano dos *Archives de philosophie*, 60, 1997-seg.
8. *Bulletin de théologie ancienne et médiévale*, 1, 1929 a 63, 1996, era o complemento bibliográfico das *Recherches de théologie ancienne et médiévale*, suspenso em 1997 quando esta revista mudou para o referido título.

nhas, encontra-se nas diferentes seções de *Medioevo latino*⁹, publicação anual com seções dedicadas a autores e a obras anônimas, às diferentes disciplinas, entre elas as artes do *trivium* e do *quadrivium*, a filosofia, a teologia, a lógica, os gêneros literários, as instituições, a cultura e a espiritualidade, a história da medievística, os manuais, etc. A *BAMAT*¹⁰ é uma publicação anual redigida no âmbito da seção latina do “Institut de Recherche et Histoire des Textes”, Paris, que valoriza e assinala em primeiro lugar os estudos de fontes manuscritas, salientando os elementos críticos e de edição dos textos. Em português, é útil o guia temático-bibliográfico de Mário de Carvalho¹¹, publicado como instrumento de introdução ao estudo da filosofia medieval. As publicações acadêmicas possuem hoje, em geral, cuidadas bibliografias, que podem ser muito seletivas ou mais prolixas, mas mesmo assim mantêm utilidade o já antiquado *Ueberweg*¹², uma obra de referência onde é dada particular importância à bibliografia das fontes e dos estudos, com sínteses sobre a biografia e fatos associados à gênese do pensamento de cada autor, posições doutrinárias e recepção do seu pensamento. O projeto da nova edição, em curso, desdobra o antigo volume único dedicado à “patrística” e à “escolástica” em 5 tomos para a Idade Média (judaísmo e filosofia bizantina; séc. VII-XI; séc. XII; séc. XIII; séc. XIV), dois dos quais de iminente publicação, diluindo-se a patrística no volume dedicado à Antigüidade Tardia. O abandono da antiga junção entre “patrística” e “escolástica”, que se explicava no quadro de um entendimento da filosofia medieval como filosofia cristã, vista portanto como um *continuum*, assinala aliás uma das tendências atuais das obras gerais sobre a filosofia

9. *Medioevo latino*, 1, 1980-seg., atualmente tem o subtítulo *Bolletino bibliografico della cultura europea da Boezio a Erasmo (secoli VI-XV)*; desde o vol. XIX (1998) é publicado em Florença.
10. *Bibliographie annuelle du Moyen Age tardif. Auteurs et textes latins vers 1200-1500*, 1, 1991-seg.
11. M.S. CARVALHO, *Roteiro temático-bibliográfico de filosofia medieval*, Lisboa, Colibri, 1997.
12. F. UEBERWEG, *Grundriss der Geschichte der Philosophie*, v. 2: *Die patristische und scholastische Philosophie*, B. GEYER (org.), Basileia, Schwabe, 1967, reimpressão da 11ª ed., de 1928 (a primeira edição é de 1823). A nova edição começou a ser publicada em 1993, pela mesma editora. Os volumes sobre os séculos XII e XIII estão em finalização.

medieval, que tendem a não incorporar a patrística ou, quando a integram, não negligenciam os autores “pagãos” desse período.

Há inúmeras razões, institucionais, sociológicas e filosóficas para explicar esta expansão do atual ritmo de publicação sobre a filosofia medieval e mesmo da natureza da investigação. Em primeiro lugar, o crescimento do número de especialistas dedicados ao seu estudo, por via da expansão do sistema universitário à escala global, continuando os estudos humanísticos e filosóficos a ocupar aí um lugar não negligenciável. A instituição universitária, com o agora generalizado *publish or perish*, explica também a proliferação competitiva de unidades ou projetos de investigação, muitas vezes em consórcio internacional. Sobre a filosofia medieval existem hoje coleções reputadas, revistas¹³, portais de informação e mesmo algumas editoras especializadas na Idade Média (Vrin em França, Brepols na Bélgica, Galluzzo em Itália etc.), campo onde as grandes editoras mundiais têm presença de prestígio (vejam-se as editoras universitárias Cambridge UP, Oxford UP, Yale UP, PUF, ou comerciais como Brill, Kluwer, Ashgate, Routledge etc.). A proliferação de académicos, de projetos, de encontros, de publicações opera uma cobertura mais vasta dos diferentes campos filosóficos e até a exploração de terrenos antes considerados desadequados à Idade Média, como o ateísmo¹⁴, o cepticismo¹⁵, as mulheres¹⁶ etc.

Historiografia. A reavaliação crítica das perspectivas e métodos usados para fazer a história da filosofia medieval está definitivamente

13. Para a língua portuguesa vejam-se a revista portuguesa *Mediævalia. Textos e estudos*, do Porto, e o fascículo de setembro de cada ano da revista *Veritas*, Porto Alegre, que, por iniciativa de L.A. De Boni, há mais de uma década é dedicado à filosofia medieval, últimos v.: 51,3 (2006: *O poder*, L.A. DE BONI, R.H. PICH (orgs.), 50,3 (2005: *João Duns Escoto*, R.H. PICH, L.A. DE BONI (orgs)), 49,3 (2004: *Pensamento não cristão e ocidente medieval*, L.A. DE BONI (org.)). Algumas das miscelâneas anteriores foram também publicadas na coleção “Filosofia” da Edipucrs, Porto Alegre.
14. Ver F. NIEWÖHNER, O. PLUTA (eds.), *Atheismus im Mittelalter und in der Renaissance*, Wiesbaden, Harrassowitz, 1999.
15. Ver D. PERLER, *Zweifel und Gewissheit. Skeptische debatten im Mittelalter*, Klostermann, Frankfurt (no prelo).
16. M.E. WHAITE (ed.), *A History of women philosophers*, v. II *Medieval, Renaissance and enlightenment woman philosophers. A.D. 500-1600*, Dordrecht-Boston-Londres, 1989.

incorporada no trabalho dos medievistas. Leiam-se, por exemplo, os prefácios dessas obras: invariavelmente os seus autores ou coordenadores posicionam-se face a tendências anteriores ou propõem uma visão refundadora do próprio campo de estudo. Encontros internacionais são convocados com o objetivo expresso de analisar um tema ou um autor revendo as tendências historiográficas anteriores. É mesmo habitual justificar-se a apresentação de mais um estudo com a necessidade de discutir e reajustar conclusões anteriores, refutar algumas afirmações ou matizar generalizações. A abordagem da produção historiográfica terá resultados diferentes consoante se analise a partir da perspectiva das línguas, ou das correntes, ou das instituições, ou dos grandes autores, ou das áreas disciplinares, ou dos problemas maiores da tradição filosófica. Organizado por Ruedi Imbach e Alfonso Maierú, realizou-se em Roma, em 1989, um encontro destinado a discutir de maneira articulada as orientações que os estudos de filosofia medieval tomaram nos dois últimos séculos. As respectivas Atas são um repositório de consulta obrigatória, com as suas interpretações dos percursos e fundamentos dos principais historiadores e das controvérsias sobre temas filosóficos concretos ou em inteiras áreas disciplinares¹⁷. No final dessas jornadas, Tullio Gregory assinalava o ocaso do mito da “filosofia medieval como processo unilinear”, substituído pela descoberta da pluralidade:

“não se pode falar de uma filosofia, mas de filosofias, não de uma teologia, mas de teologias e que a própria dicotomia filosofia-teologia não é uma constante do pensamento medieval, mas apenas o modo determinado segundo o qual em certos precisos contextos e momentos históricos foi colocada a relação entre experiências de pensamento diversas” (op. cit., pp. 391-392).

A “filosofia medieval” perdera definitivamente o seu centro, nem temático, nem cronológico, nem geográfico, nem autoral, nem institucional, nem mesmo religioso. O seu estudo ganha um novo fôlego, ago-

17. R. IMBACH, A. MAIERÛ (eds.), *Gli studi di filosofia medievale fra otto e novecento. Contributo a un bilancio storiografico. Atti del convegno internazionale, Roma, 21-23 settembre 1989*, Roma, Ed. di Storia e Letteratura, 1991.

ra alimentado por metodologias mais finas e ousadas, que irão ao ponto de estabelecer um diálogo direto com o pensamento contemporâneo, o que recoloca de novo em causa a natureza histórica da nossa apropriação da filosofia medieval. Alain de Libera, em defesa do seu próprio método “relativista”, marcou os âmbitos da disciplina, a natureza aberta do seu objeto, a pluralidade de métodos a que recorre:

“A história da filosofia medieval é uma disciplina científica que, pelo seu tipo de atividade, releva da história e, pela natureza do seu objeto, da filosofia. A história da filosofia medieval é conforme a esta descrição. Ela tem, contudo, a sua fisionomia própria. Por duas razões: em primeiro lugar, o seu objeto não está dado, nem apenas construído, mas literalmente “em via de constituição”, em segundo lugar a sua ancoragem na história e nas ciências auxiliares da história é mais forte que em outros domínios da história da filosofia”¹⁸.

Alain de Libera, no âmbito de um debate com Claude Panaccio, tem insistido na importância dos “complexos questões-respostas” (fórmula que foi buscar a R.G. Collingwood), que integra mesmo nos fundamentos do seu relativismo histórico, contrário à crença realista na existência de “problemas filosóficos permanentes” ou “eternos” e que implica uma solução relativista do problema da verdade, porquanto esta é historicamente situada. Recusando o isolamento dos textos, tem insistido na prática da investigação em história da filosofia sobre *corpora* textuais extensos, com resultados que se têm evidenciado nas suas obras recentes e nas de alguns dos seus discípulos. Esta metodologia procura ser mais atenta à novidade e desfaz a crença, comum em história da filosofia, na existência de um *continuum* problemático-doutrinal apenas porque em determinadas teorias se usam os mesmos conceitos, sem que os historiadores percebam que, apesar dessa coincidência de superfície, de fato o problema a que diferentes autores estão a responder é também diferente, o que torna as doutrinas incomensuráveis entre si. O rastreio

18. A. de LIBERA, “Le relativisme historique: théorie des ‘complexes questions-réponses’ et ‘traçabilité’”, *Les études philosophiques*, 1999, 479-494, cf. p. 479. Sobre o mesmo assunto ver IDEM, “Archéologie et reconstruction. Sur la méthode en histoire de la philosophie médiévale”, em *Un siècle de philosophie, 1900-2000*, Paris, Gallimard – Centre Pompidou, 2000, pp. 552-587; IDEM, *Penser au Moyen Âge*, Paris, Seuil, 1991.

(*traçabilité*) de uma teoria ou conceito acentua a individualidade da sua inserção histórica num contexto filosoficamente saturado (no sentido químico do termo): nem os deixa estranhos, nem os torna atuais.

Philipp Rosemann fez a defesa e ensaiou a utilização de uma metodologia pós-estruturalista e pós-racionalista, para o estudo da história intelectual, medieval no caso, inspirada no filósofo francês Michel Foucault¹⁹. Esta metodologia, que vê os seus predecessores em Marie Dominique Chenu e Fernand van Steenberghe²⁰, assenta em duas tendências, o abandono de um realismo ingênuo envolvido no preconceito da objetividade (sem que isso faça deitar fora o rigor da investigação) e a atenção ao detalhe histórico, em particular ao material manuscrito, para o estudo da história intelectual medieval.

John Inglis, num trabalho de reapreciação historiográfica da filosofia medieval, defende que esta não pode ser entendida se ignorarmos as questões teológicas envolventes, o que a tradicional historiografia tende a fazer na seqüência do modelo fixado pelos historiadores alemães do século XIX, Joseph Kleutgen e Albert Stöckl, cujas histórias da filosofia medieval propõem a sua reconstrução combinando a questão da reconciliação entre a fé e a razão com a abordagem do pensamento de cada autor a partir dos ramos tradicionais da filosofia (lógica, teoria do conhecimento, filosofia natural, psicologia, metafísica, ética, política), começando pela teoria do conhecimento que, contraditoriamente, não existia enquanto tal na Idade Média. Foi dentro deste modelo, tendencialmente seguido pela subsequente historiografia, que a teoria do conhecimento de Tomás de Aquino e a sua harmonização entre a razão e a revelação passaram a ser apresentados como os pontos culminantes da filosofia medieval, cujo declínio filosófico seria marcado, segundo a mesma perspec-

19. PH.W. ROSEMAN, *Understanding Scholastic thought with Foucault*, Nova York, St. Martin's Press, 1999. Ver também S.G. LOFTS, P.W. ROSEMAN (eds.), *Éditer, traduire, interpréter: essais de méthodologie philosophique*, Louvain-la-Neuve, Éditions de l'Institut Supérieur de Philosophie, 1997.
20. F. VAN STEENBERGHEN, *La philosophie au XIII^e siècle*, 12^a ed., Louvain-la-Neuve, Éditions de l'Institut Supérieur de Philosophie, 1991; IDEM, *Introduction à l'étude de la philosophie médiévale*, Louvain-la-Neuve, 1974.

tiva, pelo pensamento de Duns Escoto e de Ockham²¹. Segundo Inglis, a generalidade dos historiadores da filosofia medieval (De Wulf e Gilson são estudados em particular) seguem este modelo. Inglis, com uma sondagem sobre a questão da teoria do conhecimento²², conclui por uma necessidade de reavaliação e inversão do modelo, porque deve ser reequacionada a pretensa oposição medieval entre razão e revelação e porque os autores medievais não pretendem fazer uma teoria do conhecimento, mas discutem as faculdades cognitivas humanas para clarificar a moral teológica do ser humano na sua via para (ou em afastamento de) Deus, sendo por isso errado tomar a epistemologia como tendo a posição que passaria a ter apenas com a filosofia moderna. Falta verificar se a conclusão de Inglis é correta ou se poderá ser generalizada para outros domínios da “inquirição filosófica” sem serem objeto de uma investigação circunstanciada. John Inglis publicou a seguir uma história da filosofia medieval que pretende fazer justiça a esse período abordando as diferentes tradições, judaica, cristã e islâmica, tratando conceitos e problemas em diferentes capítulos, cada um dos quais a partir de autores selecionados, cujos argumentos são situados no seu contexto histórico-cronológico e que podem pertencer a diferentes tradições religiosas e textuais, começando com Filon de Alexandria (c. 15 a.C. – c. 50 d.C.).

História. Atualmente a filosofia medieval não é apenas acessível aos acadêmicos que a cultivam. Não foi a panóplia de meios eletrônicos que alargou o acesso à filosofia medieval, porque aí, em geral, consulta-a quem já sabe o que busca e é muito díspar a qualidade do que está disponível. Essa expansão deve-se sobretudo à emergência de obras acadêmicas escritas para grande público, em coleções mais vastas, que se tornam obras de grande circulação. O fenômeno não é recente

21. J. INGLIS, *Spheres of philosophical inquiry and the historiography of medieval philosophy*, Leiden, Brill, 1998, pp. 11-12; do autor ver também “Introduction. Towards a balanced historiography of medieval Philosophy”, em IDEM (ed.), *Medieval Philosophy and the Classical tradition: In Islam, Judaism, and Christianity*, Routledge-Curzon, Londres-Nova York, 2003, pp. 1-17.

22. *Ibidem*, cfr. parte II, pp. 237-281.

e acompanhou os grandes historiadores da filosofia medieval do século XX, cujas obras foram marcantes pela influência que exerceram em sucessivas gerações. É indispensável evocar Martin Grabmann e a sua discussão da filosofia e da teologia medievais a par do método escolástico²³; Étienne Gilson e a assimilação da filosofia medieval como filosofia cristã e a separação entre teologia e filosofia, isolando os temas que nesta emergem²⁴; Paul Vignaux e o interesse em identificar mais as diversidades que em reificar as permanências²⁵; recentemente, Kurt Flasch mostra-se interessado na dialética interna à discussão das idéias e ao confronto de autores²⁶; Alain de Libera busca o pluricentramento da filosofia medieval e da emergência da sua autonomia²⁷.

Abrindo uma outra perspectiva, os editores de *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy* optavam por “concentrar-se nas partes da filosofia medieval tardia que são mais facilmente reconhecidas como filosofia por um estudante de filosofia do século XX”, afirmando que essa opção era mesmo orientada “pelas perspectivas e interesses dos filósofos contemporâneos, em particular os que trabalham dentro da tradição analítica”, esperando com isso “apresentar a filosofia medieval num

23. M. GRABMANN, *Die Geschichte der scolastischen Methode*, Freiburg i.B. Herder, 1909-1911, 2 v., (trad. ital. *Storia del metodo scolastico*, Florença, La Nuova Italia, 1970); IDEM, *Mittelalterliches Geistesleben. Abhandlungen zur Geschichte der Scholastik und Mystik*, Munique, Hueber, 1926, 1936, 1956, 3 v.
24. E. GILSON, *History of Christian Philosophy in the Middle Ages*, Londres, Sheed and Ward, 1955, obra que suplanta *La philosophie au Moyen âge, des origines patristiques à la fin du XIVe siècle*, 3ª ed. Paris, Payot, 1947 (*A filosofia na Idade Média*, trad. E. Brandão, S. Paulo, Martins Fontes, 1995).
25. P. VIGNAUX, *Philosophie au Moyen Âge, précédé d'une Introduction nouvelle et suivi de Lire Duns Scot aujourd'hui*, Albeuve, Les Éd. Castella, 1987 (trad. port.: *A Filosofia na Idade Média*, trad. Maria J.V. Figueiredo, Lisboa, Presença, 1994).
26. K. FLASH, *Introduction à la philosophie médiévale*, trad., Fribourg-Paris Ed. Universitaires – Cerf, 1992 (ed orig. 1987). Ver também IDEM, *Das Philosophische denken im Mittelalter. Von Augustin zu Machiavelli*, Stuttgart, Reclam, 1986.
27. Em pouco tempo Alain de Libera propôs de fato três reconstruções diferentes, assentes em outras tantas perspectivas: 1) temática, em *La philosophie médiévale*, col. ‘Que sais-je’, Paris, P.U.F., 1989 (*A filosofia medieval*, trad., Rio de Janeiro, J. Zahar, 1989); 2) cronológica e das quatro tradições geo-línguaístico-religiosas em *La philosophie médiévale*, col. ‘Premier cycle’, Paris, P.U.F., 1993 (*A filosofia medieval*, trad. N.N. Campanário, Y.M.C.T. da Silva, São Paulo, Loyola, 1998); 3) institucional em “Médiévale (Pensée)”, em *Encyclopedia Universalis – Corpus*, 1994, v. 14, pp. 841-853.

modo que ajude a acabar com uma era em que ela foi estudada num gueto filosófico”²⁸. Em reação a essa perspectiva, John Marenbon sente a necessidade de não reduzir a filosofia medieval ao problema da linguagem ou o que dela pode ser posto a dialogar com a filosofia contemporânea, reconduzindo-a ao seu contexto²⁹; McGrade dirigiu uma obra coletiva de organização temática, expressamente orientada também para o estudo contextualizado de autores e problemas, e não hesita acrescentar que a filosofia medieval pode mesmo constituir “um recurso potencialmente libertador para a própria busca de sabedoria do leitor”³⁰.

Está agora em preparação uma nova versão da *Cambridge History of Later Medieval Philosophy*, sob a direcção de Robert Pasnau, com reformulação completa da estrutura³¹, alargando-a a todos os espaços geo-religiosos e distendendo a cronologia, do século IX ao século XV. Curiosamente, a estrutura anunciada, excetuando alguns capítulos do início, mais históricos, corresponde à ordem da aprendizagem das disciplinas filosóficas enunciada por Tomás de Aquino no seu comentário ao *Liber de causis*:

“É por isso que a intenção dos filósofos era principalmente dirigida a que por todas as coisas que conheciam nas coisas chegassem ao conhecimento das causas primeiras. Por isso colocavam a ciências das causas primeiras em último lugar, para ao seu conhecimento dedicarem o tempo final da sua vida. De fato, em primeiro lugar começavam pela lógica, que ensina o método das ciências; em segundo passavam à matemática, da qual mesmo as crianças são capazes; em terceiro <passavam> à filosofia natural, que por causa da experiência necessita de tempo <para ser adquirida>; em quarto lugar <passavam> à filosofia moral, que não é ainda conveniente ensinar aos jovens; por último insistiam na ciência divina, que considera [estuda] as primeiras causas dos entes”³².

28. N. KRETZMANN, N., A. KENNY, J. PINBORG (eds.), E. STUMP (coll.), *The Cambridge History of later medieval philosophy. From the rediscovery of Aristotle to the disintegration of scholasticism 1100-1600*, Cambridge, CUP, 1982; todas as citações são da introdução.

29. J. MARENBOON, *Early Medieval Philosophy (480-1150). An Introduction*, Londres, Routledge, 1983; *Later Medieval Philosophy (1150-1350). An Introduction*, Londres, Routledge, 1987, obra agora refundida em *Medieval Philosophy: an historical and philosophical introduction*, Londres, Routledge, 2006.

30. A.S. MCGRADY (ed.), *The Cambridge companion to medieval Philosophy*, Cambridge, CUP, 2003

31. O projeto de índice está em “Pasnau’s Homepage”: <http://spot.colorado.edu/~pasnau/> (verificado em novembro de 2006).

32. TOMÁS DE AQUINO, *Super librum de causis expositio*, prol. § 4, cf. a ed. H. D. SAFFREY, *Textes philosophiques du Moyen-Age*, Paris, Vrin, 2002.

Com uma organização diversa, mencione-se ainda um manual de história da filosofia medieval que pôde também ser organizado sob a forma de dicionário de autores (exatamente 138), precedido de sete estudos de síntese sobre pontos fulcrais desses mil anos de História³³, podendo daí resultar para o leitor não treinado a ausência de uma orientação clara sobre inter-relações e seqüências que o manual cronológico oferece, limite que é compensado pela informação sobre autores não contemplados na maioria de obras deste gênero³⁴.

Apesar desta seqüência, tenha-se em conta que não há qualquer teleologia na evolução da historiografia filosófica, como bem mostra a divergência entre as múltiplas propostas atuais e a continuidade do modelo gilsoniano e neo-tomista³⁵ em paralelo com as propostas que assentam na sua superação.

Nestas histórias da filosofia medieval, em boa parte dedicadas ao âmbito geo-lingüístico latino, costumam integrar-se capítulos sobre a filosofia do mundo cristão das origens, arabo-islâmica, a filosofia hebreo-judaica, a filosofia greco-bizantina. A referência às novas línguas vernaculares é mais rara. Encontramos obras recentes de síntese que procuram reconstruir uma imagem coerente da filosofia nestes âmbitos, embora por vezes ainda exploratória de alguns elementos habitualmente menos valorizados.

Para o mundo islâmico é importante o número de edições críticas e de monografias sobre autores e temas, assim como há a assinalar a disponibilidade de um bom número de obras introdutórias gerais. Cruz Hernandez atualizou e ampliou a sua história do pensamento islâmico³⁶, enquanto que em português passamos a dispor de um manual pa-

33. J. GRACIA, T.B. NOONE (eds.), *A companion to medieval Philosophy*, Oxford, Blackwell, 2002.

34. Para um completo dicionário de autores, ver B. PATAR, *Dictionnaire des philosophes médiévaux*, Fides - Presses Philosophiques, Cap-Saint-Ignace (Québec) 2006 (1ª ed.: *Dictionnaire abrégé des philosophes médiévaux*, 2000).

35. Ver, por exemplo, J.-I. SARANYANA, *Introdução à Filosofia medieval. Das origens patristicas à escolástica barroca*, trad., São Paulo, Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005.

36. M. CRUZ HERNÁNDEZ, *Historia del pensamiento en el mundo islámico*, v. I: *Desde los orígenes hasta el siglo XII en Oriente*; v. II: *El pensamiento de al-Ándalus (siglos IX-*

norâmico da importância da filosofia no mundo islâmico³⁷. Cristina D'Ancona coordenou uma vasta e rigorosa obra³⁸, a qual procura justamente a originalidade e a pregnância do pensamento islâmico, mostrando, através de uma apresentação do perfil conceitual dos momentos e personagens mais salientes e do papel da filosofia no mundo islâmico, que ele é marcado por uma rica diversidade e não se confina à mera transmissão da herança antiga ao ocidente latino cristão (pp. XX-XXI), aspecto que está longe de ser ali negligenciado. Uma compreensão da filosofia no mundo islâmico a partir da sua origem e da tradução dos textos gregos que a marcariam é oferecida por Dimitri Gutas³⁹.

A mesma questão havia, pouco tempo antes, sido tratada para o mundo hebraico por Mauro Zonta⁴⁰. É um fato conhecido da filosofia hebraica que ela se desenvolve em países islâmicos e usando mesmo a língua em árabe⁴¹, sob forte impulso da *falsafa* e dos autores antigos aí traduzidos, e mais tarde também em terras cristãs⁴², já sob a influências da escolástica latina. É a inserção nesse duplo contexto que a obra recente dirigida por Daniel Frank e Oliver Leaman faz sobressair, através das suas mais ilustres figuras e das discussões internas quanto à aceitabilidade ou não da filosofia, suas relações com o texto revelado ou com as ciências⁴³.

Também os mais amplos panoramas do pensamento bizantino assentam em boa parte numa discussão da relação com as fontes antigas⁴⁴.

XIV); v. III: *El pensamiento islámico desde Ibn Jaldun hasta nuestros días*, Madri, Alianza, 1996.

37. M. ATTIÊ FILHO, *Falsafa: a filosofia entre os árabes - uma herança esquecida*, São Paulo, Palas Athena, 2002
38. C. D'ANCONA, *Storia della filosofia nell'Islam medievale*, Turim, Einaudi, 2005, 2 v.; o volume inclui bibliografias especializadas e tradução de textos.
39. D. GUTAS, *Greek thought, arabic culture. The Graeco-Arabic translation movement in Baghdad and early Abbasid society (2nd-4th / 8th-10th Centuries)*, Londres - Nova York, Routledge, 1998.
40. M. ZONTA, *La filosofia antica nel medioevo ebraico. Le traduzioni ebraiche dei testi filosofici antichi*, Brescia, Paideia, 1996.
41. C. SIRAT, *La philosophie juive médiévale en terre d'Islam*, Paris, CNRS, 1988.
42. *Ibidem*.
43. D.H. FRANK, O. LEAMAN (eds.), *The Cambridge companion to medieval jewish Philosophy*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003
44. K. IERODIAKONOU (ed.), *Byzantine Philosophy and its ancient sources*, Oxford, Clarendon, 2003.

Estas histórias da filosofia medieval são em simultâneo um ponto de situação da investigação filosófica, mas também um certo ponto de viragem, porquanto todas elas reagem e propõem alguma reorientação da tradição historiográfica.

Umás mais, outras menos, procuram integrar a filosofia medieval no âmbito vasto do seu tempo, o que nem sempre é fácil, por limitação de espaço. Existem diversas obras de referência que podem ser de grande utilidade para suprir informação fatural ou onomástica quanto à relação da filosofia com a história e a literatura⁴⁵, com a ciência e as tecnologias⁴⁶, ou mesmo com a generalidade da cultura escrita latina⁴⁷.

Instituições. A Patrística Latina (onde se incluem as traduções de Padres gregos) determinou o perfil filosófico da primeira parte da Idade Média, com a prevalência e preferência pelas doutrinas platônicas e neo-platônicas. Agostinho de Hipona e Severino Boécio, que também é o real transmissor do *organon* aristotélico, são os grandes mediadores que deixaram aos séculos sucessivos um panorama intelectual que demoraria vários séculos a esgotar-se e que no século XII teria o seu apogeu e declínio como orientação dominante. No século XIII, com a emergência da universidade, consagra-se uma nova orientação: a obra de Aristóteles passa a assumir a preponderância avassaladora de autoridade, embora sem domínio absoluto, porque a influência patrística e agostiniana manter-se-á muito forte em certos setores e porque há receptividade, também em certos meios, ao redescoberto pensamento neo-platônico.

Em obra recente, Claudio Moreschini procura sem hesitações reconstruir o discurso filosófico que nos chega da literatura cristã e que, sabemos-lo, exercerá profunda e indisputada influência pelo menos até ao século XII⁴⁸. A helenização da religião cristã ocorre desde o início desta,

45. Cl. GAUVARD, A. DE LIBERA, M. ZINK (eds.), *Dictionnaire du Moyen Âge*, Paris, PUF, 2002.

46. T.F. GLICK, S.J. LIVESSEY, F. WALLIS (eds.), *Medieval Science, Technology and Medicine: an encyclopedia*, Nova York - Londres, Routledge, 2005.

47. F.A.C. MANTELLO, A.G. RIGG, (eds.), *Medieval Latin. An introduction and bibliographical guide*, Washington D.C., The Catholic University of America Press, 1997.

48. Cl. MORESCHINI, *Storia della filosofia patristica*, Brescia, Morcelliana, 2004.

ou pelo menos desde a difusão do cristianismo na sociedade greco-romana com o recurso às categorias do pensamento grego para expressar as exigências do cristianismo, o que os Padres fizeram com liberdade teórica e doutrinal, sem nunca abandonar as prerrogativas do cristianismo ou as suas mais fundas convicções de fé. Moreschini está particularmente atento às modalidades de “reinterpretação cristã da filosofia grega” e ao modo como o próprio cristianismo se vai constituindo no contexto da apologética, sob profunda influência dos platonismos, que perdurará no tempo justamente através das obras dos Padres, que incorporam os seus esquemas na meditação sobre o cristianismo, por vezes com hostilidade ou reivindicando-se como legítimos proprietários das doutrinas pagãs, quando tidas como verdadeiras, isto é, adequadas à expressão da mensagem cristã. Partindo do primeiro encontro entre cristianismo e filosofia grega, Moreschini discute depois longamente a apologética e a patrística latinas terminando com Boécio (cuja obra assinala “o fim da filosofia patrística do Ocidente”, p. 505), para depois regressar ao estudo da patrística grega, até Máximo o Confessor. Sem se deixar prender aos temas tradicionais como o da relação fé / razão ou o da interpretação do texto bíblico, rastreia, em capítulos monográficos dedicados aos principais autores, a presença e as manipulações dos conceitos filosóficos provenientes do platonismo, do aristotelismo, do estoicismo, bem como a recusa de certas posições quando consideradas incompatíveis com o cristianismo. O perfil filosófico da Idade Média, nos seus temas e orientações, fica traçado neste primeiro processo de cristianização da filosofia grega. Logos, dualismo, categorias, substância, encarnação, criação, trindade, imortalidade da alma humana, idéias, beleza, ordem, participação, homem, mundo estão entre os temas de pensamento que, até ao século XII, são tratados em chave predominantemente platônica e neo-platônica.

Após o exórdio com a ação individual de Severino Boécio⁴⁹ e o arranque interrompido do renascimento carolíngio dos séculos VIII-IX⁵⁰, a

49. M. GIBSON (ed.), *Boethius: his life, thought and influence*, Oxford, Blackwell, 1981.

50. J. MARENBNON, *From the Circle of Alcuin to the School of Auxerre. Logic, Theology and Philosophy in the Early Middle Ages*, Cambridge, CUP, 1981.

filosofia re-floresce nos séculos XI e XII em escolas monacais ou catedra-
lícias, progressivamente abertas ao tecido urbano, mais rico e em cresci-
mento, criando condições para o aprofundamento do estudo do legado
patrístico e da Antigüidade tardia⁵¹, mas este depressa se esgotará, acor-
rendo-se a buscar novos saberes e novos textos ao exterior, junto dos ára-
bes. A *translatio studiorum* presente nesses três momentos não é apenas
uma metáfora da filosofia medieval, descreve de fato o intenso momento
de recuperação do legado filosófico da Antigüidade, vertendo-o do grego
e do árabe para latim e incorporando-o de modo criador⁵². Ligeiramen-
te antes do primeiro impacto desse determinante fenômeno cultural do
século XII, o brilhantismo de alguns mestres, como por exemplo Abelar-
do, arrasta hordas de estudantes que, por auto-organização, dão origem
a um novo consórcio: a *universitas magistrorum et scholarium*. Lentamente
se definem os seus modelos de organização, estatuinto o que a prática
de organização dos estudos e das técnicas de ensino e discussão mais ou
menos espontaneamente haviam fixado⁵³. Nasce assim a universidade,
desde cedo dividida em faculdade inferior (Artes) e superiores (Direi-
to, Medicina, Teologia) e em cuja orla florescem os *studia* das ordens
religiosas, principalmente dos Mendicantes. A sorte da filosofia na sua
Faculdade de Artes estaria definitivamente traçada pela proximidade ou
afastamento face à Faculdade de Teologia. A filosofia é, a partir do sé-
culo XIII, um resultado da constituição e organização da universidade,
assentando num plano de leituras obrigatórias e numa prática de exercí-

51. De entre a extensa bibliografia, T.J. HOLOPAINEN, *Dialectic and Theology in the eleventh century*, Leiden, Brill, 1996 e P. DRONKE (ed.), *A History of twelfth-century Western Philosophy*, Cambridge, CUP, 1988.
52. T. GREGORY, "Nani sulle spalle dei giganti. Traduzioni e ritorno degli Antichi nel medioevo latino", *Studi medievali*, 44, 2003, pp. 1053-1075; H. DAIBER, "Lateinische Übersetzungen arabischer Texte zur Philosophie und ihre Bedeutung für die Scholastik des Mittelalters. Stand und Aufgaben der Forschung", in J. HAMESE, M. FATTORI (org.), *Rencontres de cultures dans la Philosophie médiévale. Traductions et traducteurs de l'antiquité tardive au XIV^e siècle*, Louvain-la-Neuve, Cassino, 1990, pp. 203-250.
53. W. RUËG (coord. geral), *Uma História da Universidade na Europa*, v. I: H. de RËDDER-SYMOENS (ed.), *As Universidades na Idade Média*, trad., Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996. Sobre as artes liberais, veja-se L.M. MONGELLI (coord.), *Trivium e Quadrivium - as Artes Liberais na Idade Média*, Cotia, Íbis, 1999.

cios para validação do conhecimento⁵⁴. Mas, mais importante ainda era o trabalho dos mestres e estudantes, porque ler e questionar, a *lectio* e a *questio*, tornam-se a dupla vertente de um método de trabalho que vive do confronto dos e com os textos⁵⁵. Há aqui ainda muita investigação a fazer; entretanto, vejam-se os importantes estudos de Alfonso Maierù sobre os exercícios acadêmicos, os programas de estudos e os métodos de ensino da lógica⁵⁶, bem como os de Olga Weijers sobre os métodos de trabalho⁵⁷. A Faculdade de Artes, ou “Faculdade de Filosofia?” como perguntou Alain de Libera, não é apenas mais uma escola, é uma instituição que no próprio momento da sua criação reformula o ensino e obriga a uma reconsideração da organização das ciências (ver n. 54). A intrínseca ligação entre universidade e filosofia é realçada na *História da Filosofia* dos séculos XIII e XIV coordenada por Luca Bianchi⁵⁸, que com a exposição por problemas privilegia o caminho das idéias e não os autores, mostrando o quanto estes dois séculos “estão entre os mais criativos, influentes e originais da história intelectual europeia, legando-nos uma multiplicidade de ‘filosofias universitárias’”⁵⁹. A um mesmo registo pertence o estudo de Maarten Hoenen sobre os teólogos da universidade

54. Ver os estudos e referências bibliográficas em C. LAFLEUR E J. CARRIER, (eds.), *L'enseignement de la philosophie au XIII^e siècle. Autour du "Guide de l'étudiant" du ms. Ripoll 109. Actes du colloque international édités avec un complément d'études et de textes*, Brepols, Turnhout, 1997.
55. Sobre os métodos de trabalho na escolástica, ver, por exemplo, O. WEIJERS (ed.), *Méthodes et instruments du travail intellectuel au Moyen Age. Études sur le vocabulaire*, Turnhout, Brepols, 1990; C. SIRAT, S. KLEIN-BRASLAVY, O. WEIJERS (eds.), *Les méthodes de travail de Gersonide et le maniement du savoir chez les scolastiques*, Paris, Vrin, 2003.
56. A. MAIERÛ, *University training in Medieval Europe*, ed. and transl. D.N. PRYDS, Leiden, Brill, 1994.
57. O. WEIJERS, *Le maniement du savoir. Pratiques intellectuelles à l'époque des premières universités (XIII^e-XIV^e siècles)*, Turnhout, Brepols, 1996. Olga Weijers dirige uma importante coleção onde se incluem este volume e outros sobre a técnica da questão, o ensino das disciplinas nas faculdades de artes, etc.: “*Studia Artistarum. Études sur la Faculté des Arts dans les universités médiévales*”, Brepols, Turnhout, 1994-ss. Nessa coleção, veja-se o repertório de O. WEIJERS, *Le travail intellectuel à la Faculté des arts de Paris: textes et maîtres (ca 1200-1500)*, até ao momento com 6 fascículos publicados.
58. Ver também M.J.F.M. HOENEN, J.H.J. SCHNEIDER, G. WIELAND (eds), *Philosophy and learning: universities in the Middle Age*, Leiden, Brill, 1995.
59. L. BIANCHI (dir.), *La filosofia nelle Università. Secoli XIII-XIV*, Florença, La Nuova Italia, 1997, pp. XVI-XIX.

de Oxford no mesmo período⁶⁰. A filosofia, como tem sido amplamente notado, é também ou sobretudo um resultado do trabalho intelectual dos teólogos⁶¹, entre os quais se incluem os mais importantes pensadores dos séculos XIII e XIV, em particular nos seus comentários sobre as *Sentenças* de Pedro Lombardo⁶². A presença da busca racional em todos os domínios, enquanto característica da Idade Média, mesmo aplicada ao transcendente, foi sublinhada por Richard Southern:

“A grande realização intelectual [da Idade Média] foi em grande parte estender a busca racional a todos os âmbitos da vida humana e do cosmo. De fato o programa escolástico não procurava incluir o sobrenatural. Pelo contrário: precisava do sobrenatural enquanto complemento necessário do mundo natural. Todavia, essa extensão não diminuiu a área da investigação racional – limitava-se a acrescentar uma outra dimensão à complexidade e à riqueza do cenário da vida humana”⁶³.

Temas. É no século XIII que a obra de Aristóteles, “o filósofo”, adquire lugar preponderante na formação filosófica do Ocidente. Reduzida a algumas obras do *Organon* até ao século XII e alargada à generalidade do *corpus* (numa versão aliás inflacionada que inclui diversos apócrifos), entra nos planos curriculares das Faculdades de Artes e, por isso, também na preparação e na argumentação usada pelos mestres de Teologia, de Medicina e, em menor grau de Direito, usufruindo de uma autoridade a custo contestada, mas de forma não menos vigorosa, pelos seus críticos. A recepção da obra de Aristóteles é talvez a exemplificação mais fulgurante da influência do pensamento grego antigo neste período. O estudo da recepção medieval das obras de Aristóteles teve em Amable Jourdain, há quase dois séculos, um dos primeiros estudiosos⁶⁴.

60. M.J.F.M. HOENEN, *A Oxford: dibattiti teologici nel tardo medioevo*, Milão, Jaca Book, 2003.
61. Para um exemplo do trabalho de discussão entre os teólogos, Ch. SCHABEL (ed.), *Theological Quodlibeta in the Middle Ages: the thirteenth century*, Leiden, Brill, 2006.
62. G.R. EVANS (ed.), *Mediaeval commentaries on the Sentences of Peter Lombard*, v. I, Leiden, Brill, 2006.
63. R.W. SOUTHERN, *Scholastic Humanism and the unification of Europe*, Oxford, Blackwell, 2001, 2 v., v. II, pp. 17-18. Sublinhe-se a sobreposição proposta pelo A. entre “escolástica” e “humanismo”.
64. A. JOURDAIN, *Recherches critiques sur l'âge et l'origine des traductions latines d'Aristote et sur les commentaires grecs ou arabes employés par les docteurs scolastiques*, Paris, Fantin, 1819.

A fixação do *corpus* aristotélico como estrutura curricular das Faculdades de Artes, o qual, na expressão de Luca Bianchi, durante a primeira metade do século XIII passou em Paris de proscrito a prescrito⁶⁵, foi um processo pleno de incidências, resultantes sobretudo da contradição de algumas das suas teses com o cristianismo, da reivindicação de autonomia daqueles que se reclamavam do seu pensamento, das críticas metodológicas e filosóficas dirigidas contra aspectos centrais das suas teorias, em particular no domínio da Física, da Psicologia e da Metafísica. Os estudos recentes têm oscilado entre duas orientações que podemos considerar complementares. A investigação dídascálica e textual procura um maior conhecimento da tradição manuscrita, que na segunda metade do século XX se consolidou com a edição do conjunto de traduções do *Aristoteles latinus* e com os trabalhos, entre outros, de Charles Lohr⁶⁶, ainda em curso. Por outro lado, a investigação centrada na influência e difusão do pensamento da obra de Aristóteles e dos seus comentadores tem-nos inserido no *continuum* que vai da Antiguidade à Idade Moderna, procurando ora a importância de alguns comentadores⁶⁷, ora a permanência ou a inovação de modelos de comentário⁶⁸ e, sobretudo, as linhas de fratura na recepção das obras e a emergência de novas teorizações, seja no registo do proselitismo ou da crítica acerada. As obras de Aristóteles têm sido, nos anos recentes, objeto de escrutínio em diversos estudos e mesmo em projetos de investigação e colóquios temáticos: as

65. L. BIANCHI, *Censure et liberté intellectuelle à l'Université de Paris: XIIIe-XIVe siècles*, Paris, Les Belles Lettres, 1999.
66. Ch. LOHR, "Medieval Latin Aristotle Commentaries", repertório publicado em diversos fascículos da revista *Traditio*, 23, 1967- 30, 1974, cuja nova edição será o primeiro volume de LOHR, *Latin Aristotle commentaries*, prevista em 5 volumes, de que foram publicados três nas ed. Olschki e Galluzzo.
67. L. HONNENFELDER, R. WOOD, M. DREYER, M.-A. ARIS (orgs.), *Albertus Magnus und die Anfänge der Aristoteles-Rezeption im lateinischen Mittelalter. Von Richardus Rufus bis Franciscus de Mayronis / Albertus Magnus and the Beginnings of the Medieval Reception of Aristotle in the Latin West. From Richardus Rufus to Franciscus de Mayronis*, Münster, Aschendorff, 2005.
68. G. FIORAVANTI, C. LEONARDI, S. PERFETTI (eds.), *Il commento filosofico nell'occidente latino (sec. XIII-XV). The Philosophical Commentary in the Latin West (13-15th Centuries)*, Turnhout, Brepols, 2002.

obras lógicas⁶⁹, o *De generatione et corruptione*⁷⁰, o *De anima*⁷¹, a *Ética a Nicómaco*⁷², a *Política*⁷³, a *Física*⁷⁴, a *Metafísica*⁷⁵ etc.

A lógica foi provavelmente o primeiro campo onde foi possível identificar o contributo inovador dos autores medievais, com a lógica das propriedades dos termos ou a discussão de sofismas, recurso analítico de teste à validade das regras lógicas. A filosofia analítica de tradição anglo-saxónica tem dado particular atenção à lógica medieval ou ao pensamento de um autor como Guilherme de Ockham, pela proximidade no rigor de procedimentos e pelo paralelismo de interesses na análise da linguagem⁷⁶.

69. Ch. BURNETT (ed.), *Glosses and commentaries on Aristotelian Logical texts*, Londres, Warburg Institute, 1993; D. PERLER, U. RUDOLPH (org.), *Logik und Theologie. Das Organon im arabischen und im lateinischen Mittelalter*, Leiden, Brill, 2005.
70. J.M.M.H. THIJSSSEN, H.A.G. BRAAKHUIS (eds), *The Commentary tradition on Aristotle's De generatione et corruptione: Ancient, Medieval and Early Modern*, Brepols, Turnhout, 1999.
71. J.M.M.H. THIJSSSEN, P.J.J.M. BAKKER (eds), *Mind, perception, and cognition. The commentary tradition of Aristotle's De Anima*, Ashgate, Aldershot, 2006. Para outra fonte fundamental no estudo da alma, D.N. HASSE, *Avicenna's De Anima in the Latin West. The formation of a peripatetic philosophy of the soul, 1160-1300*, Londres - Turim, 2000.
72. G. WIELAND, *Ethica - Scientia practica. Die Anfänge der philosophischen Ethik im 13. Jahrhundert*, Münster, Aschendorff, 1981.
73. Ch. FLÜLLER, *Rezeption und interpretation der aristotelischen Politica im späten Mittelalter*, Amsterdam, 1993, 2 v.; IDEM (ed.), *Politischer aristotelismus im mittelalter*, em *Vivarium*, 40, fasc. 1, 2002. Para uma contextualização vejam-se: A. BLACK, *Political thought in Europe, 1250-1450*, Cambridge, CUP, 1992; C. DOLCINI (ed.), *Il pensiero politico dell'età antica e medievale*, Torino, Utet Libreria, 2000; J. CANNING, *Histoire de la pensée politique médiévale, 300-1450*, trad. fr., Fribourg - Paris, Éditions Universitaires-Cerf, 2003.
74. C. LEIJENHORST, C. LÜTHY, J.M.M.H. THIJSSSEN (eds.), *The dynamics of aristotelian natural Philosophy from Antiquity to the seventeenth century*, Leiden, Brill, 2002; na Introdução, mostra-se que a noção de "aristotelismo" não tem uma "essência clara" e que, no que diz respeito à história das ciências naturais, a divisão em épocas não só não tem utilidade como causa erros de interpretação (pp. 2 e 3). São sistematizadas oito razões que explicam porque os comentários ultrapassam o texto comentado dando origem a uma tradição de desenvolvimentos doutrinários dentro da filosofia natural aristotélica.
75. J.-M. NARBONNE, L. LANGLOIS (eds), *La métaphysique. Son histoire, sa critique, ses enjeux*, Paris - Québec, Vrin - Presses de l'Université Laval, 1999; L. HONNEFELDER, *Scientia transcendens. Die formale Bestimmtheit der Seiendheit und Realität in der Metaphysik des Mittelalters und der Neuzeit (Duns Scotus, Suárez, Wolff, Kant, Peirce)*, Hamburgo, Meiner, 1990; O. BOULNOIS, *Etre et représentation. Une généalogie de la métaphysique moderne à l'époque de Duns Scot (XIII-XIV siècles)*, Paris, PUF, 1999; J.F. COURTINE, *Inventio analogiae. Métaphysique et ontologie*, Paris, Vrin, 2005.
76. A. BROADIE, *Introduction to medieval Logic*, Nova York, The Clarendon Press, 1987. Este interesse está longe de se restringir ao domínio anglo-analítico; para um exemplo,

A *Física* está entre as obras de Aristóteles que mais atenção têm merecido recentemente, pela importância que as teorias do movimento, do espaço, do lugar, do infinito⁷⁷ tiveram na formação de novo campo científico em moldes desconhecidos no mundo latino antes do século XIII, com expressão na cosmologia e no estudo da natureza e que constituiria o prolegômeno à formação da ciência moderna. A própria interação entre a filosofia e as ciências da natureza tem sido posta em evidência, de que são exemplo os estudos de Edward Grant, que evidenciam o quanto a cosmologia⁷⁸ e a física⁷⁹ medievais se plasmam em torno dos comentários das obras de Aristóteles, que conduzirão à sua superação no século XVII, em obras de autores como Copérnico, Galileu ou Kepler. O uso extensivo entre 1100 e 1600 de procedimentos estritamente racionais para compreender a organização e as leis do mundo físico permite classificar a Idade Média como Idade da Razão, apesar de ter de fato a reputação de idade da superstição e da irracionalidade⁸⁰.

Os domínios da Metafísica, seja enquanto ontologia seja enquanto ciência divina, onde se integram a obra de Aristóteles e textos neoplatônicos que lhe são atribuídos, com a obra de Avicena e o comentário de Averróis, entre muitos outros, estão entre os mais complexos e ricos de resultados para a filosofia. A discussão em torno do objeto da Metafísica, ou da natureza e possibilidade das suas relações com a Teologia atravessam não só os comentários a Aristóteles, como sobretudo os co-

A. MAIERÛ, L. VALENTE (eds.), *Medieval theories on assertive and non assertive language. Actes of the 14th European Symposium on medieval Logic and Semantics. Rome, June 11-15, 2002*, Florença, Leo Olschki, 2004.

77. C. TRIFOGLI, *Oxford Physics in the thirteenth century (ca. 1250-1270): motion, infinity, place and time*, Leiden, Brill, 2000.

78. E. GRANT, *Planets, Stars and Orbs: the medieval Cosmos, 1200-1687*, Cambridge, CUP, 1996.

79. E. GRANT, *Foundations of modern science in the Middle Ages: their religious, institutional and intellectual contexts*, Cambridge, CUP, 1997; cfr. a coletânea IDEM (ed.), *A Sourcebook for medieval science*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1974 e IDEM, *Physical science in the Middle Ages*, Nova York, CUP, 1977.

80. E. GRANT, *God and reason in the Middle Ages*, Cambridge, CUP, 2001; D.C. LINDBERG, *The beginnings of Western science: the European scientific tradition in philosophical, religious and institutional context, 600 B.C. to A.D. 1450*, Chicago, The University of Chicago Press, 1992.

mentários às *Sentenças* de Pedro Lombardo, obra central na formação teológica universitária⁸¹. A generalidade dos problemas filosóficos não se confina a um domínio do *corpus* aristotélico, e os mestres medievais são mesmo peritos na utilização da obra como um todo coerente, chegando ao ponto de forçar a coerência onde ela não existe. É a partir da Metafísica que são discutidos ou partem alguns dos problemas que mais longamente suscitaram a inquietação e a divergência entre os pensadores medievais. Entre esses encontra-se a questão dos *transcendentais*, determinações comuníssimas a todas as coisas (ser, verdade, bem, coisa, uno, embora o seu número varie com os diferentes autores) e primeiros conceitos do intelecto, que Jan Aertsen já propôs considerar o tópico central e caracterizador da filosofia medieval⁸², transcendentais que têm agora sido extensivamente estudados⁸³. O “tempo” e a “eternidade” são dois conceitos que estão no cruzamento de domínios, da Metafísica à Física, passando pela lógica, e mostrando o quão inovadores são os autores face às duas autoridades que balizam a discussão, Aristóteles e a Escritura⁸⁴. Ainda no domínio da Física, o pensamento de autores do século XIV como Guilherme de Ockham, João Buridano, Tomás Bradwardine, Ricardo Swineshead tem merecido crescente interesse.

Obviamente é um erro reduzir a filosofia medieval, mesmo a do período tardio, à recepção do pensamento aristotélico, mas aqui nos

81. L. HONNEFELDER, *Ens in quantum Ens: der Begriff des Seienden als Solchen als Gegenstand der Metaphysik nach der Lehre des Johannes Duns Scotus*, 2ª ed., Münster, Aschendorff, 1989; O. BOULNOIS, J. SCHMUTZ, J.-L. SOLÈRE (eds.), *Le contemplateur et les idées. Modèles de la science divine, du néoplatonisme au XVIII^e siècle*, Paris, Vrin, 2002.
82. J.A. AERTSEN, *Medieval Philosophy and the Transcendentals: the case of Thomas Aquinas*, Leiden, Brill, 1996.
83. G. F. VESCOVINI (ed.), *Le problème des transcendants du XIV^e au XVII^e siècle*, Vrin, 2002; M. PICKAVÉ (org.), *Die logik des Transzendentalen: Festschrift für Jan A. Aertsen Zum 65. Geburtstag*, Berlin, Walter de Gruyter, 2003.
84. P. PORRO, *Forme e modelli di durata nel pensiero medievale: Laevum, il tempo discreto, la categoria “quando”*, Leuven, University Press, 1996; P. PORRO (ed.), *The medieval concept of time: studies on the Scholastic debate and its receptions in early modern Philosophy*, Leiden, Brill, 2001; M.S. CARVALHO, *A novidade do mundo: Henrique de Gand e a metafísica da temporalidade no século XIII*, Lisboa, Gulbenkian, 2001; completo dossier de textos em C. MICHON (org.), *Thomas d’Aquin et la controverse sur l’Éternité du monde*, Paris, Flammarion, 2004.

serve para sublinhar algumas das características da investigação recente e em curso. Nesta discussão sobre o lugar e a importância histórica do aristotelismo medieval tem-se nos últimos tempos desenvolvido um debate intenso sobre os mecanismos de controle do saber e da filosofia, em ação no interior da universidade pelas autoridades eclesiásticas e sobretudo pela Faculdade de Teologia, parcialmente em reação ao impulso de autonomia que esta sustentava no modo natural de falar, inspirado em Aristóteles. Ao longo do século XIII e do século XIV, são várias as condenações de doutrinas, sobretudo filosóficas ou morais, como o infinito, o tempo, os fins do homem, a máxima, a felicidade, a sexualidade, que vão muito para lá da simples censura de conseqüências indesejáveis do aristotelismo. As condenações diversas de teses filosóficas⁸⁵, tidas nos éditos como contrárias à fé, são muito mais que um epifenômeno da recepção de Aristóteles e dos seus comentadores, em particular Averróis, como é evidente pela mais extensa de todas as condenações, a proferida pelo bispo de Paris a 7 de Março de 1277, contra 219 ou 220 teses⁸⁶. As suas repercussões far-se-iam sentir por muito tempo⁸⁷, em particular na argumentação dos teólogos e na descoberta de novos procedimentos para discussão de diversos problemas físicos como o vácuo, os mundos possíveis, o infinito, mas hoje é generalizadamente questionada a hipótese, em tempos formulada por Pierre Duhem, de a ciência moderna ter nascido desta necessidade de substituir os procedimentos aristotélicos na descrição do mundo por outros aceitáveis para a fé cristã.

Não se esgotam no aristotelismo as fontes antigas do pensamento medieval, como a investigação está a mostrar, embora para uma parte importante dos casos por vias indiretas, sendo cada vez melhor conhecida e centro de atenção a recepção do pensamento platônico e neo-pla-

85. BIANCHI, *Censure, op. cit.* e J.M.M.H. THIJSSSEN, *Censure and heresy at the University of Paris 1200-1400*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1998.

86. Nova ed. em D. PICHÉ, *La condamnation parisienne de 1277. Edition critique, traduction française et commentaire historico-philosophique*, Paris, Vrin, 1999.

87. J.A. AERTSEN, K. EMERY, A. SPEER (eds.), *Nach der Verurteilung von 1277: Philosophie und Theologie an der Universität von Paris im letzten Viertel des 13. Jahrhunderts / After the Condemnation of 1277: Philosophy and Theology at the University of Paris in the Last Quarter of the Thirteenth Century*, Berlin, Walter de Gruyter, 2001.

tônico⁸⁸, que em domínios como a gnosiologia e a metafísica teria uma influência que levaria a pôr em causa os fundamentos e o adquirido da tradição peripatética⁸⁹. A chamada “mística renana”⁹⁰, tradição dominicana alemã em grande parte exterior à universidade, onde se integram autores como Teodorico de Freiberg, Ulrico de Estrasburgo, Mestre Eckhart, Bertoldo de Moosburg, abre-se, sob influência do pensamento de Alberto Magno, à obra de Proclo, na busca da via contemplativa para o Uno, aspiração a ultrapassar a limitação do conhecimento do mundo físico onde a henologia, ciência do Uno, substituiu a metafísica. Note-se que o estudo destes autores tem permitido pôr em causa teses que não podem merecer a generalização que para elas tinha sido proposta, como a chamada “metafísica do Êxodo”⁹¹, ou a da pretensa prevalência exclusiva do modo aristotélico da metafísica.

A antropologia medieval, ciência do homem enquanto constituído de corpo e alma, tem nas teorias da sensação e das faculdades da alma o seu polo de articulação, que abre para todas as outras questões, como os múltiplos aspectos da teoria do conhecimento, da ética, da mística⁹².

Robert Pasnau, na sua obra sobre as teorias da cognição no final da Idade Média, estuda as explicações do funcionamento do sistema cogniti-

88. S. GERSH, M.J.F.M. HOENEN, P. Th. van WINGERDEN (eds), *The platonic tradition in the Middle Ages. A doxographic approach*, Berlim, Walter de Gruyter, 2002.
89. L.B. BENAKIS (éd.), *Néoplatonisme et philosophie médiévale*. Actes du Colloque International de Corfu 6-8 octobre 1995, Turnhout, Brepols, 1997.
90. A. de LIBERA, *Introduction à la mystique rhénane. D'Albert le Grand à Maître Eckhart*, 2^e ed., Paris, Seuil, 1994; K. FLASCH, *Von Meister Dietrich zu Meister Eckhart*, Hamburgo, Meiner 1984; para a contextualização: K. RUH, *Geschichte der abendländischen Mystik*, 4 v., Munique, C. H. Beck, 1990-1999.
91. A. DE LIBERA, – E. ZUM BRUNN (éds.), *Celui qui est. Interprétations juives et chrétiennes d'Exode 3, 14*, Paris, Cerf, 1986.
92. O. LOTTIN, *Psychologie et morale aux XII^e et XIII^e siècles*, 6 v., Gembloux - Louvain, Duculot, 1942-1960; É.-H. WÉBER, *La personne humaine au XIII^e siècle. Lavènement chez les maîtres parisiens de l'acception moderne de l'homme*, Paris, Vrin, 1991; M.C. PACHECO, J.F. MEIRINHOS (eds.), *Intellect et imagination dans la Philosophie Médiévale / Intellect and Imagination in Medieval Philosophy / Intelecto e imaginação na Filosofia Medieval*. Actes... 3 v., Turnhout, Brepols, 2006. Para o recente interesse pelas teorias da vontade e das emoções, R. SAARINEN, *Weakness of the Will in medieval thought. From Augustine to Buridan.*, Leiden, Brill, 1994; S. KNUUTTILA, *Emotions in ancient and medieval Philosophy*, Oxford, Clarendon Press, 2004; H. LAGERLUND, M. YRJÖNSUURI (eds.), *Emotions and choice from Boethius to Descartes*, Londres, Dordrecht, 2002.

vo, da natureza do conhecimento e da representação mental, tendo Tomás como pano de fundo, considerado como o mais incisivo e coerente autor, dentro do modelo aristotélico, compaginando-o com diversos autores dos séculos XIII e XIV que se lhe opõem, em particular Pedro de João Olivi e Ockham, mas também Henrique de Gand, Pedro Auréolo ou Guilherme Crathorn⁹³. O autor indica explicitamente que procurou o que lhe parecem os mais importantes desenvolvimentos da teoria cognitiva medieval, através de estudo de tópicos particulares como a intencionalidade, a representação, a “espécie inteligível”, nesse grupo específico de autores. Em alguns passos revê o que considera serem as interpretações erradas difundidas nos estudos de filosofia medieval, como é o caso da teoria tomasiana da espécie inteligível não como o objeto do conhecimento, mas como aquilo *pelo qual* conhecemos o mundo⁹⁴. Mas, o que sobressai da análise é o caráter crítico das filosofias do conhecimento deste período medieval, pela rejeição da “espécie” ou também da teoria da iluminação. O problema filosófico do conhecimento fora estudado por Katherine Tachau, sensivelmente para o mesmo período e autores, como parte de um complexo que cruza a visão, a percepção, a linguagem, a noética e a teologia, no âmbito das interconexões entre a óptica e a cognição, quer abstrativa quer intuitiva, tendo como pano de fundo a crítica de Ockham à ciência da óptica e a recepção da sua teoria do conhecimento em Inglaterra, cujos resultados tiveram acolhimento em Paris⁹⁵, circulação de idéias que apenas pode ser restituída pela sua inserção na instituição universitária medieval. A intencionalidade do conceito ou da espécie inteligível, engendrada pelo objeto diretamente no intelecto ou engendrada pelo próprio

93. R. PASNAU, *Theories of cognition in the later Middle Ages*, Cambridge, CUR, 1997. Quanto à relação da filosofia medieval com a dos períodos posteriores, diz: «longe de se considerar esse debate [i.e., dos autores “escolásticos”] fundamentalmente diferente do da época moderna, encontramos substanciais áreas de semelhança» (p. 290).

94. A interpretação de Pasnau sobre este aspecto da teoria tomasiana da *species* foi rejeitada por diversos autores. D. PERLER, “Essentialism and direct realism. Some late medieval perspectives”, *Topoi*, 19, 2000, 111-122; J. O’CALLAGHAN, *Thomist realism and the Linguistic turn: toward a more perfect form of existence*, Notre Dame, University of Notre Dame Press, 2003.

95. K.H. TACHAU, *Vision and certitude in the age of Ockham. Optics, epistemology and the foundations of semantics: 1250-1345*, Leiden, Brill, 1988.

intelecto, é um dos aspectos das teorias medievais do conhecimento que tem merecido intensa pesquisa, não apenas porque as diversas disputas em que foram emergindo permitem compreender melhor domínios vizinhos como a Teoria da Ciência, a Metafísica, a Ontologia, como pela possibilidade de estabelecer um longo devir à sua constituição na Antigüidade e mesmo linhas de continuidade até às teorias contemporâneas da mente⁹⁶.

Alain de Libera pratica, desde há alguns anos, um modo de estudo dos problemas da filosofia na Idade Média com atenção a vastos *corpora* textuais e não a setores isolados, como modo para identificar como em cada momento se podem localizar os estratos de sedimentação e a genealogia das idéias, das redes conceituais e dos problemas. Essa investigação, que recua às origens gregas e ao percurso árabe dos textos, mobiliza em profundidade os recursos da Filologia e cruza a Gramática, a Lógica, a Noética, a Metafísica, tem percorrido, para citar apenas as obras maiores, o problema dos universais⁹⁷, as categorias⁹⁸, as teorias da abstração⁹⁹, as proposições¹⁰⁰, o conhecimento¹⁰¹. Recentemente emergem os prolegômenos a uma teoria do sujeito na Idade Média¹⁰².

Os breves exemplos aqui citados permitem verificar que durante a Idade Média os problemas filosóficos foram discutidos nos seus mais variados detalhes, desmultiplicados até à exaustão, tornando difícil verificar onde está a divergência entre os autores, tão miúdas podem parecer as diferenças. É também por isso que os textos dos autores medievais, sobretudo os posteriores à “entrada de Aristóteles”, continuam

96. Vejam-se os diversos trabalhos de D. PERLER (ed.), *Ancient and medieval theories of intentionality*, Leiden, Brill, 2001; IDEM, *Theorien der Intentionalität im Mittelalter*, Frankfurt, Vittorio Klostermann, 2002; IDEM, *Théories de l'intentionnalité au Moyen Age*, Paris, Vrin, 2003.

97. A. de LIBERA, *La querelle des universaux: de Platon à la fin du Moyen Age*, Paris, Éd. du Seuil, 1996.

98. PORPHYRE, *Isagoge*, trad. A. de Libera, A.-Ph. Segonds, introd. et notes A. de Libera, Paris, Vrin, 1998.

99. A. de LIBERA, *L'art des généralités. Théories de l'abstraction*, Paris, Aubier, 1999.

100. IDEM, *La référence vide. Théories de la proposition*, Paris, PUF, 1999.

101. IDEM, *Métaphysique et noétique: Albert Le Grand*, Paris, Vrin, 2005.

102. IDEM, *L'unité de l'intellect. Commentaire du De unitate intellectus contra averroistas de Thomas d'Aquin*, Paris, Vrin, 2004; ver também J.-B. BRENET, *Transferts du sujet: la noétique de Averroès selon Jean de Jandun*, Paris, Vrin, 2003.

a oferecer-nos plenos motivos de discussão, mesmo na perspectiva das filosofias contemporâneas¹⁰³.

Textos. Fale-se de excertos, ou de obras isoladas, ou de *corpora* mais ou menos extensos, de genealogia ou de análise, na historiografia medievística contemporânea é o *texto* que ocupa o centro da discussão.

A generalização da formação adequada e das metodologias com base filológica tornou mais intensa a leitura e a edição de textos manuscritos até há pouco negligenciados porque não atribuídos a nenhum dos grandes nomes do panteão medieval¹⁰⁴, muitas vezes simples textos anônimos, mas plenos de interesses e de lições que o repisar dos caminhos já trilhados nunca permitiria descobrir. A cada ano são publicadas novas edições críticas de autores medievais que interessam à filosofia. Prosseguem os grandes projetos de edição crítica de obras de autores como Tomás de Aquino, Alberto Magno, Henrique de Gand, Duns Escoto, ou de textos e autores com proximidade regional, como os de filósofos alemães, de autores dinamarqueses, etc¹⁰⁵. Alguns desses projetos evoluem muito lentamente, ao mesmo tempo que vão sendo editados outros textos dos mais variados autores ou anônimos, sendo certo que, por muitos anos, o número dos textos subsistentes em manuscrito será muitas vezes maior que o número de textos editados, mesmo se contarmos as edições impressas desde quatrocentos.

No estudo dos textos, as investigações lexicológicas têm a sua proficuidade bem atestada e são em geral dos mais utilizados recursos dos historiadores da filosofia, seja na colação e edição de textos, seja na discussão conceitual ou na análise dos diversos problemas que um autor tenha abordado. E a Idade Média é um verdadeiro laboratório de pesqui-

103. V. os estudos reunidos em G. HOLMSTRÖM-HINTIKKA (ed.), *Medieval Philosophy and modern times*, Dordrecht, Kluwer, 2000.

104. Mesmo assim continuam a ser descobertos textos dos grandes autores. Um exemplo recente: THOMAS AQUINAS, *Lectura romana in primum Sententiarum Petri Lombardi*, L.E. BOYLE – J.F. BOYLE (eds.), Toronto, Medieval Institute, 2006.

105. Para a filosofia e áreas afins, um repertório recente descreve 8998 edições integrais ou de excertos: R. SCHONBERGER, B. KIBLE, *Repertorium edierter Texte des Mittelalters aus dem Bereich der Philosophie und angrenzender Gebiete*, Berlin, Akademie Verlag, 1994.

sa, um período de conceitualização e sobretudo de fixação e criação de um vocabulário filosófico, enriquecido muito para lá do que provinha do latim clássico¹⁰⁶. O grande dicionário alemão de termos filosóficos dirigido por Joachim Ritter, no melhor estilo da “história dos conceitos” de tradição alemã, dá o espaço conveniente aos autores medievais, em entradas com grande erudição e completos *dossiers*, divididas em seções escritas por especialistas para cada época, o que convida a compreender os conceitos na sua diacronia e a perceber o quanto há de continuidade, de ruptura ou de invenção na sua história¹⁰⁷. A *Encyclopédie philosophique universelle*, provavelmente a melhor e mais completa enciclopédia de filosofia alguma vez feita, combina a qualidade dos colaboradores e das entradas com uma quádrupla abordagem: sistemática, dicionário de autores e suas obras, dicionário de conceitos e uma extensa coletânea de textos¹⁰⁸. A Idade Média ocupa aí um lugar importante e no volume sobre as *notions* várias dezenas de entradas latinas, árabes e hebraicas dão os elementos do vocabulário filosófico central das diferentes Idades Médias, entre as quais foi tão importante a circulação de obras através da tradução que, em alguns casos, deu origem a dificuldades de compreensão, como aquelas de que se queixava Rogério Bacon¹⁰⁹ e acabariam por estar no progressivo interesse pelas traduções a partir do original e por um latim mais compreensível e elegante, atitude que viria a estar também na

106. J. HAMESSE, C. STEEL (eds), *L'élaboration du vocabulaire philosophique au Moyen Âge. Actes du Colloque International de Louvain-la-Neuve et Leuven, 12-14 septembre 1998*, Turnhout, Brepols, 2000, T. GREGORY, “Alle origini della terminologia filosofica moderna: traduzioni, calchi, neologismi”, *Giornale critico della filosofia italiana*, 85, 2004, pp. 353-381.
107. *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, J. RITTER (coord.), Basileia, Schwabe, 1971-2005, 12 v. publicados, o volume de índices tem publicação prevista para 2007.
108. *Encyclopédie philosophique universelle*, 4 v., A. JACOB (dir.). V. II: *Les notions*, V. III: *Les oeuvres* [período medieval no t. 1], v. IV: *Les textes*, Paris, PUF, 1989-1998.
109. “(...) é enorme a perversão e a horrível dificuldade, principalmente nos livros traduzidos de Aristóteles, de tal modo que ninguém os consegue compreender”, devido às traduções de que os latinos dispunham, que Bacon em geral considerava péssimas e deformadoras do original. ROGER BACON, *Opus maius*, I, 3, J.H. BRIDGES (ed.), Oxford, Clarendon Press, 1897. Sobre este tema ver R. LEMAY, “Roger Bacon’s attitude toward the Latin translations and translators of the twelfth and thirteenth centuries”, em J. HACKETT (ed.), *Roger Bacon and the sciences: commemorative essays*, Leiden, Brill, 1997, pp. 25-47.

origem do Renascimento. Um projeto filosófico recente procurou cartografar as diferenças filosóficas que circulam entre os vocábulos e as redes conceituais das línguas européias, através da tradução, incorporação ou neologização de termos, oferecendo uma discussão dos léxicos filosóficos através do que neles é propriamente intraduzível, permitindo surpreender em muitos casos as dificuldades da passagem do grego antigo e do árabe ao latim medieval e o quanto estas línguas estão na origem das línguas filosóficas contemporâneas e nelas ainda ecoam¹¹⁰. Tullio Gregory criou e dirige há mais de 40 anos um projeto de estudo do *Léxico intelectual europeu*, que visa justamente a estudar na longa duração, com base num extenso ficheiro de dados textuais de diferentes línguas européias, a permanência ou a descontinuidade dos léxicos, não apenas filosóficos, tendo presentes as suas relações com o grego, o latim, o hebraico, o árabe. O léxico filosófico medieval ocupa parte significativa das edições deste projeto (mais de 100 volumes¹¹¹), que há pouco publicou a recolha dos estudos mais importantes do Pe. Marie-Dominique Chenu com um notável ensaio introdutivo sobre o seu método lexicográfico¹¹². Método que se revela modelar para o estudo das relações entre a terminologia e a análise doutrinal¹¹³, de onde podem advir inesperados resultados para os estudos histórico-genéticos das obras de um autor¹¹⁴, ou mesmo para a atribuição de autoria de certas obras¹¹⁵.

Riccardo Quinto, com recurso aos mesmos instrumentos da investigação lexicográfica e um impressionante *dossier* filosófico, fez a his-

110. *Vocabulaire européen des philosophies. Dictionnaire des intraduisibles*, B. CASSIN (dir.), Paris, Seuil - Le Robert, 2004; A. de LIBERA e I. ROSIER estão entre os responsáveis científicos pela obra.

111. Um dos primeiros é o pioneiro estudo de A. MAIERÛ, *Terminologia logica della tarda scolastica*, Roma, Ateneo, 1972.

112. M.-D. CHENU, *Studi di lessicografia filosofica medievale*, org. e introd. G. SPINOSA, Florença, Olschki, 2001; sobre o A. ver também *Revue des sciences philosophiques et théologiques*, 81,3, 1997.

113. P. MICHAUD-QUANTIN, *Etudes sur le vocabulaire philosophique du Moyen Age*, Roma, Ateneo, 1970.

114. E nesse aspecto continua plena de utilidade a obra de M.-D. CHENU, *Introduction à l'étude de Saint Thomas d'Aquin*, 3ª ed. Montréal, Institut d'Études Médiévales, 1974.

115. Embora não diretamente relacionada com a Filosofia, veja-se a obra de R. SHARP, *Titulus. Identifying medieval Latin texts. An evidence-based approach*, Turnhout, Brepols, 2003.

tória do conceito de *Scholastica* numa série de artigos agora reunidos e completados em livro¹¹⁶, desde as primeiras utilizações do termo no século XII até a sua transformação em categoria histórico-filosófica no século XX, passando pelos autores do século XIII, do Humanismo, do século XVIII, para mostrar a cada passo como o conceito não é uniformemente apropriável e como há uma pluralidade de perspectivas que tinham escapado aos historiadores, que se tinham mostrado rápidos em apropriarem-se do nome e com ele criarem um tipo ideal que corresponderia aos autores medievais ou pelo menos a uma parte deles: o termo “escolástica”, que durante muito tempo apareceu no título dos mais diferentes trabalhos para classificar a filosofia medieval, já não pode agora ter essa utilização.

Em anos recentes começou a ser olhada com mais cuidado e outro interesse a filosofia nas diferentes línguas vernaculares que despontam na Europa no final da Idade Média, seja pelo que representam quanto à laicização da filosofia¹¹⁷, seja pelos problemas que se colocam com as diferentes e novas modalidades de expressão do pensamento em línguas em vias de formação, onde neologismo e tradução têm implicações doutrinárias¹¹⁸ e estão, também por esta via, na origem da filosofia moderna nas diferentes línguas europeias.

Apenas podendo ser aqui referido com brevidade o extraordinário contributo que o desejo de rigor na restituição do texto de autores medievais deu para o desenvolvimento de padrões científicos de edição crítica¹¹⁹, convém não esquecer que o estudo de autores medievais está também na origem do desenvolvimento de ferramentas informáticas de pesquisa lexical e conceitual, como foi o caso do *Index Thomisticus* co-

116. R. QUINTO, *Scholastica: storia di un concetto*, Padova, Il poligrafo, 2001.

117. Cfr. por exemplo, a propósito de Dante, R. IMBACH, *Dante, la philosophie et les laïcs: initiations à la philosophie médiévale*, Friburgo, Editions Universitaires, 1996.

118. L. STURLESE (ed.), *Filosofia in volgare. Atti del Colloquio Internazionale de la S.I.S.P.M. (Lecce, 27-28 settembre 2002)*, Louvain-la-Neuve, FIDEM, 2003.

119. M. AZTALOS (ed.), *The editing of theological and philosophical texts from the Middle Ages*, Estocolmo, 1986; para as edições de autores franciscanos: A. CACCIOTTI, B. FAES DE MOTTONI (eds.), *Editori di Quacchi: 100 anni dopo. Bilancio e prospettive*, Roma, Antonianum, 1997.

como o *Liber de causis*¹³⁸, obrigam a matizar as leituras mais absolutizadoras do papel e importância dos “grandes nomes”.

Tendências. Já pouco se faz o ocioso jogo de saber qual seja o mais medieval dos autores medievais, mas se se pudesse aferir a sua importância pelo número de estudos que lhe são dedicados, veríamos que Tomás de Aquino continua a ser o autor mais amplamente estudado, em praticamente todos os domínios, teologia, metafísica, antropologia, natureza, ética, política, estética. Determinar o que é mais medieval na filosofia medieval, se o método, se os temas, se os condicionamentos institucionais e sociais impostos ao pensamento, é uma pergunta que parece também votada ao fracasso, porque o perfil da época resulta da combinação de todos eles, não do domínio de algum. As quatro grandes áreas de reflexão são sem dúvida a lógica, a filosofia natural (que inclui a antropologia e a ciência da alma), a ética e política, a metafísica e teologia, numa organização condensada e plena de inter-relações, porquanto não existe uma área pura e nua em que um único autor ou um problema se mantenha sem confluir com os contíguos. A nova investigação procura por isso o cruzamento de campos, o tráfico entre os textos, para melhor estudar e compreender o seu objeto.

Há orientações que podem ser mais ou menos evidentes e destacadas em trabalhos recentes sobre filosofia medieval, mas, tendo explicitamente abdicado de situar numa fórmula a definição da filosofia medieval, verificamos que ela está em constante reposicionamento. Em boa parte dos estudos atrás enumerados, não encontramos apenas a tendência a dissociar a patrística da filosofia medieval, ou a ligá-la diretamente à filosofia grega. Encontramos também a tendência forte a retrazar as linhas de continuidade da Idade Média ao Renascimento e à Modernidade, senão mesmo à Contemporaneidade, esvanecendo-se as leituras descontinuistas com o acentuar as permanências entre os temas e os conceitos discutidos pelos autores medievais e pelos autores moder-

138. *Liber de causis. O livro das causas*, trad., introd. e notas de J.G.J. T. REEGEN, Porto Alegre, Edipucrs, 2000.

nos¹³⁹. Esta orientação tem um duplo resultado: mostra a natureza inovadora e, por que não dizê-lo, moderna de certas discussões filosóficas dos autores medievais e encontra no seu pensamento alguns elementos para compreender melhor a própria posição do pensamento moderno. A posição dos estudos de filosofia medieval no âmbito dos estudos filosóficos em geral é uma questão mais complexa, muito diferenciada consoante as experiências locais e nacionais.

A história da filosofia seria pouco mais que inane se ainda se limitasse a uma sucessão das vidas e ditos dos filósofos. O aspecto filosófico, reconfigurador, tem-se sobreposto à doxologia, recorrendo ainda à história para colocar o pensamento no seu contexto, entendido este sobretudo numa dimensão política e social, cuja compreensão dentro da dialética entre pensadores e da reformulação das questões e das respostas que lhes podem ser dadas, impede a aceitação de um qualquer tipo ideal ou perene de filosofia. A filosofia medieval já não é mais identificável como “escolástica”, ou como “filosofia cristã”, nem identificável através de um modelo único de “relações entre fé e razão”¹⁴⁰, ou descrita pelo esquema de constituição, apogeu e declínio do pensamento, nem pode ser descrita pela metáfora da “Filosofia como serva da Teologia”¹⁴¹, ou como se fosse um período apenas receptivo do pensamento antigo associando-o à religião; deixaram mesmo de servir as periodizações que procuravam dar-lhe algum ritmo mas impediam a compreensão da dinâmica da história. Todos esses elementos podem estar lá, mas não são o *espírito* da filosofia medieval. É por isso que, olhando para os estu-

139. Diga-se que esta tendência dos medievistas não é inteiramente partilhada pelos historiadores da Filosofia do Renascimento, que continuam sobretudo a acentuar as rupturas com a Filosofia medieval. Cfr. Ch. SCHMITT, Q. SKINNER (eds.), *The Cambridge History of Renaissance Philosophy*, Cambridge, CUP, 1988; C. VASOLI (ed.), *Le filosofie del rinascimento*, Milão, Bruno Mondadori, 2002; Ch. TRINKAUS, *Renaissance transformations of late medieval thought*, Aldershot, Ashgate, 1999.

140. A. de LIBERA, *Raison et foi: archéologie d'une crise d'Albert le Grand à Jean-Paul II*, Paris, Seuil, 2003.

141. J.-L. SOLÈRE, Z. KALUZA (eds.), *La Servante et la Consolatrice. La Philosophie dans ses rapports avec la Théologie au Moyen Age*, Paris, Vrin, 2002. Veja-se também a extensa *Storia della Teologia nel medioevo*, G. D'ONOFRIO (ed.), Casale Monferrato, Piemme, 1996, 3 v., que é de fato também uma história da Filosofia medieval.

dos recentes, podemos sumariar a recusa das caracterizações absolutas e dos modelos historiográficos rígidos, a recusa de privilégios a algum tema, escola ou autor, a dissolução de limites cronológicos, o esbatimento ou mesmo a recusa de certas etiquetas historiográficas, a emergência de uma perspectiva historiográfica laica ou pelo menos não confessional, a interpenetração do trabalho de interpretação e da edição de textos, a formulação de novas interpretações com base na leitura dos originais manuscritos ainda não editados, o afinamento de metodologias de tratamento e inter-relação textual, o interesse por fenômenos aparentemente marginais às expressões especulativas da filosofia (censuras, localismos, gêneros literários), a recusa das perspectivas a-históricas, com apelo à inserção contextual de autores e correntes.

A recente historiografia da filosofia medieval mostra-nos as divergentes e múltiplas formas com que é apropriável, o que contribuiu para a presente tendência de reconfiguração do próprio conceito de “filosofia medieval” desprovido da ganga negativa que outrora o sobrecarregava. Se a sua passagem para uma veste positiva se difundirá fora do domínio dos especialistas e dos profissionais do ramo é algo que demorará a se confirmar. Um certo reposicionamento da filosofia medieval é já visível, com a sua inclusão nos mais amplos projetos filosóficos, como as grandes histórias e dicionários da filosofia, onde a época medieval ocupa já espaço proporcional ou mesmo superior ao de outras épocas. Dada a pregnância da antiga identificação da Idade Média, como um período de restrições, pobreza e dogmatismo, é difícil que algum dia a mesma revalorização seja possível na cultura popular.